

## ANEXO

**Nota curricular**

Manuel Gomes Duarte, nasceu em Lisboa em 28 de maio de 1975; Tem o 12.º ano de escolaridade; Em 1995 foi incorporado na Escola de Tropas Aerotransportadas; De 1995 a 1997 — 2.º cabo — funções de motorista e chefe de esquadra no BIAT; De 1996 a 1997 — Cumpriu uma missão de paz na Bósnia Herzegovina, no âmbito da IFOR, ao serviço da NATO; De 1997 a 1998 — 1.º cabo — Desempenhou funções de comandante de esquadra, no 3. Batalhão de Infantaria Aero Transportado (BIAT); De 2000 a 2005 — cabo -adjunto — Desempenhou funções de comandante de esquadra e condutor, no 1.º Batalhão de Infantaria Paraquedista (BIPARA); De 2001 a 2005 — cumpriu as seguintes missões de paz, como chefe de secção na área de transporte e segurança, de corpos diplomáticos e de altas patentes militares: KOSOVO, no âmbito da KFOR/NATO (2004 -2005); Bósnia Herzegovina, no âmbito da Operação Joint Force/NATO (2002 -2003); Timor Lorosae, no âmbito da UNTAET/ONU (2001) e; Bósnia Herzegovina, no âmbito da IFOR/NATO — de 1996 a 1997; De 2008 a 2011 — motorista da direção do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P.; De 2011 a 2013 — motorista do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação; Desde abril de 2011 — motorista do Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.; Louvado pelo Estado -Maior do Exército; Louvado pelo Comandante da Companhia de Comandos Condecorado com a Medalha de Ouro dos Serviços Distintos Coletivo; Condecorado com a Medalha de Cobre de Comportamento Exemplar; Condecorado com a medalha D. Afonso Henriques; Carta de condução de ligeiros, categoria B; Conhecimentos informáticos na ótica do utilizador (Windows, Internet, Word, Power Point, Software e Hardware).

207195963

**Despacho n.º 11241/2013**

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como técnico especialista o licenciado João Paulo Cordeiro Meireles, para exercer funções de assessoria jurídica no meu gabinete.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido Decreto-Lei, o estatuto remuneratório do designado é o dos adjuntos, sem suplemento remuneratório.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo Decreto-Lei a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos desde 2 de agosto de 2013.

4 — Publique-se no Diário da República e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo, de acordo com o disposto no artigo 18.º do citado diploma.

14 de agosto de 2013. — O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, *Luis Alvaro Barbosa de Campos Ferreira*.

## ANEXO

**Nota curricular**

João Paulo Cordeiro Meireles nasceu em Vila Nova de Gaia a 12 de maio de 1982. Concluiu o curso científico-Tecnológico de Relações Internacionais no Colégio Internato dos Carvalhos e licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto em 2005. Concluiu o estágio da Ordem dos Advogados na sociedade Aguiar-Branco & Associados – Sociedade de Advogados, RL em 2008 e desde então está inscrito com o número de cédula profissional n.º 46094 do Conselho Distrital do Porto onde frequentou e concluiu diversos cursos de formação complementar. Sempre exerceu a sua atividade profissional como advogado, quer em prática isolada no seu próprio escritório de advocacia, quer em colaboração com outros escritórios e sociedades.

207196984

**Secretaria-Geral****Aviso (extrato) n.º 10706/2013**

1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º, conjugado com o n.º 3 alínea d) do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, os candidatos admitidos ao procedimento concursal comum de recrutamento de um posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior para desempenho de funções na Direção de Serviços de Administração Patrimonial e do Expediente do Departamento Geral de Administração, aberto pelo Aviso n.º 5553/2012, publicado no *Diário da República*

n.º 76, 2.ª série, de 17 de abril de 2012, que não sendo titulares da carreira e categoria e ou não se encontrando a exercer funções idênticas às do posto de trabalho publicitado, ficam por este meio convocados para a realização do método de seleção, Prova de Conhecimentos, que terá lugar no dia 16 de setembro de 2013, pelas 15h 30 m, nas instalações do MNE, no Palácio das Necessidades, Largo do Rilvas, em Lisboa.

2 — Mais se informa que a Prova de Conhecimentos assumirá a forma escrita e terá uma duração máxima de noventa minutos. Não será permitida a utilização de qualquer material de apoio, incluindo legislação ou manuais.

Informa-se ainda que a lista de candidatos admitidos se encontra afixada para consulta, no “local de estilo” do MNE, no Palácio das Necessidades, Largo do Rilvas, em Lisboa, encontrando-se igualmente disponível na respetiva página eletrónica em [www.portugal.gov.pt/ministerio](http://www.portugal.gov.pt/ministerio) dos negócios estrangeiros — sobre o ministério — avisos sobre procedimentos concursais.

3 — A fim de dar cumprimento ao n.º 6 do artigo 31.º, conjugado com o n.º 3 alínea d) do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, informam-se os candidatos notificados através do Aviso n.º 14106/2012, publicado no *Diário da República* n.º 206, de 24.10.2012 e que não se pronunciaram no âmbito da audiência dos interessados, da respetiva exclusão ao procedimento concursal, podendo deste ato ser interposto recurso hierárquico ou tutelar, nos termos do n.º 1 do artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009.

22 de julho de 2013. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *Francisco Vaz Patto*.

207199405

**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL****MARINHA****Comando Naval****Despacho n.º 11242/2013**

1 — Ao abrigo do n.º 1 do despacho n.º 15158/2012, de 15 de novembro, do Vice-almirante Comandante Naval, publicado no Diário da República n.º 228, 2.ª série, de 26 de novembro de 2012, conjugado com a alínea f) do n.º 1 da alínea f) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e dos artigos 35.º e 40.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, subdelego no Chefe do Departamento Administrativo e Financeiro da Flotilha, Capitão-tenente Nuno Pedro Nogueira Machita Santos, a competência para, no âmbito da Flotilha, autorizar despesas com locação e aquisição de bens móveis e serviços e empreitadas de obras públicas até ao limite de 25.000,00 €.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 08 de agosto de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Capitão-tenente Nuno Pedro Nogueira Machita Santos, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competência.

3 — Fica assim revogado o Despacho n.º 15661/2012 (2.ª série), de 10 de dezembro de 2012.

13 de agosto de 2013. — O Comandante da Flotilha, *Alberto Silvestre Correia*, Contra-almirante.

207195185

**EXÉRCITO****Comando do Pessoal****Direção de Administração de Recursos Humanos****Repartição de Pessoal Civil****Aviso (extrato) n.º 10707/2013**

De acordo com o despacho de 06 de março de 2013, de S. Ex.ª o Chefe do Estado-Maior do Exército foi autorizado a abertura de concurso documental, de acordo com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 205/2009 de 31 de agosto, pelo prazo de trinta dias úteis, contados do dia imediato àquele em que o presente Edital for publicado no *Diário da República*, sem prejuízo da divulgação na Bolsa de Emprego Público, nos sítios da Internet da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e da Academia